



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 18 DE SETEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 21ª audiência pública do ano de 2013.

Informo que a audiência pública está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, links Auditórios On-Line.

Está audiência foi publicada no *Diário Oficial da Cidade* deste o dia 14 de setembro de 2013.

Temos como convidados os Srs.: Alfredo Carrasco, que não está e foi convocado; Fernando Elias Alves Melo, Subprefeito de São Mateus; José Carlos de Freitas, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo; Major I.D. Augusto, Coordenador Operacional do 38º Batalhão; Luis Carlos Uzelin, Delegado do 49º Distrito e os agentes vistoros José Francisco, Agnaldo Borges, Silvana Mara, Bianca Alves, Juscelina Maria, Décio e Ivani Aparecida de Jesus.

Agradeço a presença de todos.

Esta audiência, estamos propondo pela Comissão de Política Urbana, que é a nossa atribuição. Estamos sendo cobrados dessas atividades, no sentido de, principalmente, compreender um pouco mais o que aconteceu para que possamos buscar soluções para o nosso processo de acompanhamento de obras na cidade de São Paulo.

Há um número muito grande de equívocos ao longo do tempo e uma sobrecarga muito grande. Cada agente vistor tem um código de posturas com 780 posturas para acompanhar. Não estamos informatizados. Vocês não estão acompanhando nada com tablet na mão, como já deveriam estar há muito tempo. A informatização não é nossa parceira.

Dá para notar de que tudo aquilo que poderíamos ter de ferramenta na mão, que são justamente os avanços da informática, não chegam às mãos de vocês.

Vamos ouvir o Sr. Fernando Elias, Subprefeito de São Mateus.

O SR. FERNANDO ELIAS ALVES DE MELO – Fernando Elias Alves de Melo,

Subprefeito de São Mateus.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sr. Fernando Elias, vou fazer rápidas perguntas.

O senhor teve acesso ao processo de ação fiscalizatória.

R – Sim.

P – E há um outro processo, que é a aprovação da edificação, que é um processo eletrônico.

R – Sim.

O SR. PAULO FRANGE – A primeira pergunta é a seguinte: quando o processo foi indeferido, em 28 de maio, a arquiteta entrou com uma reconsideração no dia 3 de junho e a planta apresentada é de uma residência cujo contribuinte é 1500890008-1, com outro endereço, na Mateo Bei, número 1.092. O senhor chegou a ter informação dessa irregularidade no processo?

R – Não. Da reconsideração de despacho, à análise da segunda reconsideração não tive acesso. Tive acesso à primeira análise, que eu pedi para verificar, mas a segunda, da reconsideração, não observei o prosseguimento da análise.

P – Esse é um dos pontos que nós analisamos da documentação que o senhor nos trouxe, porque nós achamos que aqui no mínimo tem uma má fé clara. Houve um pedido de reconsideração de um indeferimento e a planta apresentada não é a planta do imóvel que teve o problema, é de outro contribuinte, na mesma Mateo Bei, no número 1.092. Eu gostaria depois de mostrar ao senhor. Vou pedir que a assessoria mostre, porque na verdade me pareceu uma ação no mínimo irregular. Quando houve a situação da denúncia no dia 27 de março, referente ao suposto acerto para continuação de obra, o senhor tomou alguma atitude no momento, em 27 de março?

R – Com relação a essa denúncia, eu tive acesso às informações referente ao SAC quando analisei o processo depois do ocorrido. Os SACs, quando são feitas as reclamações

pelos munícipes, eles vão direto para a caixa do agente vistor e para o supervisor. Depois eles tomam as providências e o processo segue a tramitação normal de ação fiscalizatória. Eu tive conhecimento que tinha a denúncia, tinha um SAC de reclamação sobre a obra. Isso eu tive conhecimento porque me passaram que tinha uma reclamação de SAC por conta da irregularidade da obra, que estavam sendo tomadas as providências fiscais.

P – Vou pedir para a Rose mostrar ao senhor. Veja que a reconsideração do indeferimento junta outra planta de um imóvel residencial, coloca o proprietário como sendo o mesmo.

R – Sim. Sim. A resposta que eu dei anteriormente foi que eu pensei que o senhor tinha me perguntado se havia tido acesso ao processo enquanto ele estava em análise. A primeira etapa eu até tive acesso ao sistema eletrônico junto ao setor de aprovação e verifiquei que o projeto não estava a contento, então foi pedida análise mais prioritária nesse caso. A segunda reconsideração que eu não tive acesso ao sistema na hora que eles estavam analisando. Mas à documentação que foi apresentada, sim. Isso aqui eu vi que estava irregular depois que me passaram a cópia do processo de reconsideração.

P – Esse é o primeiro ponto em que a gente questiona o sistema de acompanhamento informatizado da Prefeitura. Como é que alguém protocola um documento de reconsideração de despacho de um imóvel que não é o imóvel em apreço, pedindo reconsideração em cima... É uma fraude isso. E a gente não, tem pelo SQL, pelo número do contribuinte, uma forma de não aceitar. Na verdade esse é um processo físico, não é?

R – Isso.

P – Aí não tem nenhuma inclusão eletrônica?

R – Não. Esse é um processo eletrônico. Esse é eletrônico. Ela incluiu eletronicamente essa juntada no processo na etapa de reconsideração.

P - E tem esse furo no sistema eletrônico? Ou seja, eu coloco outro imóvel?

R – É porque quando o arquiteto, ou o engenheiro, ou o profissional da área de

arquitetura e engenharia junta a documentação num atendimento de um Comunique-se, ele junta eletronicamente, ele tem acesso à senha Web. Toda a documentação que ele junta no processo eletrônico é de responsabilidade dele. Após a juntada do documento o sistema encaminha eletronicamente para o técnico que está analisando, ele vai analisar aquela documentação que foi juntada pelo técnico. Então o técnico da subprefeitura que está analisando o processo tem acesso às informações a partir do momento em que essa documentação fica liberada no sistema para ele prosseguir na análise. Então é de responsabilidade do profissional a juntada de documentação no processo eletrônico.

P – Eu acompanhei muito, discutimos muito profundamente o processo eletrônico e na época o mote era ter fé em quem está apresentando; se é profissional, se tem responsabilidade técnica, acreditar nas informações deles. Isso foi repetido inúmeras vezes, inclusive nas nossas apresentações em São Paulo falamos sobre o sistema eletrônico. Parece que nesse caso falhou.

R – É, o que tem ocorrido é que às vezes tinha uma cobrança do poder público por conta da morosidade da análise dos processos, então a Prefeitura de São Paulo desenvolveu esse sistema eletrônico para facilitar até o acesso às informações do técnico, para facilitar o trabalho dele junto aos órgãos públicos. Essa responsabilidade, igual o senhor falou, foi passada, que a Prefeitura entende que o profissional que junta a documentação num processo eletrônico ou físico, ele estudou, ele tem uma atribuição, tem uma formação, e a Prefeitura entende que ele é responsável pelos atos que ele faz e documentação que ele junta no processo.

P – Sr. Fernando, o senhor teve acesso ao auto de embargo da obra?

R – Ao processo, sim.

P – O senhor viu que nesse auto tem uma data do dia 27 que foi visivelmente alterada para dia 25? Uma coisa é quarta-feira, outra coisa é segunda-feira. O senhor acha que isso tem alguma coincidência com a denúncia que aparece no dia 27? Porque está

visivelmente rasurado em todos os lugares, do 27 para o 25. A impressão que tem é que, quando aparece a denúncia no dia 27, todos os documentos foram montados para o dia 25, como sendo a... nos autos de embargo, tudo foi... em todos os lugares tem rasura. O senhor percebeu isso?

R – É, eu observei porque essa documentação, no original, ela é uma cópia carbonada, então ela tem esse carbono anotado. O original fica com o interessado e o carbono fica... a parte carbonada fica no processo. Tem essa observação de um princípio de rasura, mas tem que ser verificado junto ao processo que está sendo averiguado pela Controladoria também. Essa informação dá para perceber no processo.

P – Essa documentação, esse imóvel era um posto de gasolina desde a década de 1990 – 1996. E nas telas de SQL o que chama a atenção é que ele vai alternando duas razões sócias: Auto Posto Marinalva e Superposto Paulicéia vêm alternadamente fazendo os pedidos, sempre, sempre, sempre indeferidos, várias vezes, de 1996 a 2009. Como é possível isso? Vai fazendo o pedido. Tem todos os pedidos, tem pedido de Cadam, tem pedido de todos os alvarás; tudo que foi pedido foi indeferido e no seguinte mudava a razão social. O senhor chegou a acompanhar o processo para trás? Nós fizemos uma linha do tempo acompanhando. Começa em 1986, quando era D. Aniesta a proprietária; ela tem um deferimento de auto de regularização. Em 1996, Auto Posto Marinalva. O assunto estava tratado com a sub, tinha multa, dá como encerrado. Em 2001, Superposto Paulicéia tem um AVS indeferido. Depois, em 2002, tem Superposto Paulicéia, quanto à estanqueidade, aí está deferido. Em 2002, indeferido, Auto Posto Marinalva, o Cadam. Em 2002 mesmo, Auto Posto Marinalva, indeferido, termo de consulta para licença de funcionamento. Em 2003, Superposto Paulicéia Ltda., alvará de funcionamento indeferido. Em 2003 ainda, Auto Posto Marinalva, indeferido, termo de consulta para licença de funcionamento. Auto Posto Marinalva, 2003 ainda, Cadam, indeferido. Em 2003, Superposto Paulicéia, indeferido, alvará de aprovação e execução, ainda era posto. Em 2006 da mesma forma, encerramento documental, auto de multa, auto de intimação.

Superposto Paulicéia, em 2006, deferido, termo de consulta para licença de funcionamento. Depois 2008, autuação. Depois o último, em 2009, aí aparece Valdemar Lopes, que é indeferido, recurso de multa. O senhor deve ter visto no processo toda essa sequência de mudanças de nome e dos indeferimentos?

R – Sim. Esse procedimento, anteriormente, desde a data que o senhor comentou, o sistema da Prefeitura era pelo sistema físico. Então a pessoa autuava um processo pela praça de atendimento. A partir do momento em que o processo era indeferido, ele simplesmente entrava com outro processo. Isso é uma coisa que era comum. A pessoa, para tentar... o interessado, para tentar ganhar tempo ou autuar um processo, para não perder o intuito dele de obter uma documentação, o processo sendo indeferido, ele autuava no mesmo contribuinte outro processo. Então isso vem se estendendo. O posto lá, ele tinha alguns problemas de documentação, porque às vezes, dependendo do assunto, a competência de análise é da subprefeitura; alguns assuntos, atividades, a competência é da Sehab, às vezes até Contru, que é o caso de posto de gasolina. Então a documentação é analisada por Contru, é indeferida, vem para a subprefeitura para fazer ação fiscalizatória. E às vezes, no caso de algum fechamento, também a subprefeitura acompanha para poder fazer o fechamento administrativo por gasolina ou combustível adulterado. Isso vem se estendendo como está o relato aí, é sobre esse procedimento que o sistema permitia. Hoje está se providenciando pelo sistema eletrônico o bloqueio do SQL. Bloqueando o SQL, o interessado não consegue mais obter a licença de funcionamento no mesmo contribuinte, mesmo mudando a razão social. Então esse procedimento era o que vinha acontecendo com o sistema físico, que a maioria dos casos em que a pessoa tinha essa dificuldade de obter a licença por algum motivo e era indeferido, ela protocolava outro processo em cima, com o mesmo número de SQL, às vezes mudava a razão social, para tentar prosseguir na tentativa de obter...

P – Mesmo com embargo. No caso de embargo também dá entrada, deu entrada de alvará de aprovação, de alvará de execução. Hoje já está bloqueando?

R – Hoje há um sistema da própria Prefeitura que já bloqueia o SQL. Então ele não consegue autuar nenhum processo através do sistema de bloqueio do SQL. Isso está começando a ser implantado na Prefeitura para evitar essas várias autuações de processos para tentar conseguir uma documentação que às vezes o local não permite, ou não é possível por conta da atividade que a pessoa quer no local.

O SR. PAULO FRANGE – Vou pedir para o Dr. José Carlos não se assustar, o Município tem um sistema de informática chamado Prodam que é conhecido no mundo inteiro. É um misto entre o dinossauro e o 296 da época do fósforo verde.

Então para que se bloqueie na Cidade toda e seja uma coisa automática vamos ter de falar pessoalmente com o Prefeito Haddad. Há tantos anos insistimos nisso e temos dois ouvidos, ouvimos demais, quantas e quantas vezes as pessoas vêm com esse problema, falam que já foram orientadas e entram com outro processo. Ou seja, temos uma fiscalização que indefere e aí a pessoa entra com outro processo, embarga, entra com outro, entra com os mesmos nomes e muda a razão social e temos dificuldade.

O senhor acha que a Prodam consegue bloquear isso? Já temos isso com segurança hoje para a fiscalização não ficar perdida? Ou seja, ser vítima também desses mecanismos que são brechas?

R – Esse sistema da Prodam que tem tido um pouco de dificuldade, inclusive, nos procedimentos do Município e o nosso Prefeito Fernando Haddad, desde o início dos trabalhos na Prefeitura, recebeu essas informações e está preocupado com essa situação, tem procurado e cobrado o sistema, o departamento que cuida dessa parte eletrônica, para resolver esse problema e outros questionamentos em relação a Prodam. Inclusive, tem tido reunião com o grupo técnico que está desenvolvendo esse trabalho para sanar essas irregularidades, porque alguns pontos ainda não estão 100%. Essa é uma das cobranças do nosso Prefeito sobre isso.

P – E enquanto isso não fica pronto o que o senhor nos sugere, porque a Comissão

de Política Urbana tem de emitir um ofício para todos os subprefeitos, ainda hoje, para que possamos aprimorar isso. Não acredito que a Prodam consiga bloquear isso tão rápido e como podemos resolver, porque o número de obras a ser fiscalizada é muito grande.

R – Acredito que o sistema da Prodam que está sendo desenvolvido vai ajudar muito a Prefeitura na parte de fiscalização, aprovação e licenciamento, mas uma das alternativas que temos é que todos devem se empenhar. Todos os subprefeitos e estamos sendo cobrados para isso, para intensificar os nossos trabalhos, todos os outros agentes videntes, engenheiros que temos na Prefeitura... É uma categoria que a Prefeitura está precisando de muitos profissionais.

Muitos profissionais se aposentaram em todas as áreas e o Prefeito também está preocupado com isso e está vendo como está o quadro para poder dar uma solução para essa questão do funcionalismo público. Acredito que no momento o que temos de fazer é evitar um mal maior. Qual é o parecer em relação a isso? Todos nós sabemos que estamos numa Cidade muito grande, muito difícil de trabalhar e de atender. Cada subprefeitura tem uma característica diferente de trabalho e acho que o caminho no momento é todo mundo se empenhar ao máximo, mais do que já tem se empenhado, em todas as áreas.

E acredito que se houver o empenho de todo mundo, porque quem paga o nosso salário é a população, e a população quer um retorno. Sabemos que temos de fazer isso. Se todo mundo se unir e fizer um trabalho em conjunto vamos conseguir dar um retorno melhor e fazer um trabalho que, mesmo em poucos, resolva essa questão que é uma prioridade aqui em São Paulo.

P – Eu pedi pela Comissão de Política Urbana - e já recebi ontem uma boa parte - todas as edificações que estão em andamento com pedido de alvará, quer sejam da Sehab, quer sejam da Siurb, que tenham irregularidades, para que possamos reanalisar. Em tendo alguma irregularidade insanável podemos embargar e já tratar disso, colocando esses processos na mão de alguém que possa se responsabilizar por isso.

Para o Jurídico da Subprefeitura é importante também que o promotor tenha a informação de viva voz, o senhor já deve ter com certeza. Nós não temos procurador nas subprefeituras porque o salário não atrai ninguém e aí temos o assessor jurídico. Algumas subprefeituras têm assessores jurídicos muito competentes, mas em que pese a discussão de competência, tem de ficar na mão de um assessor jurídico para acompanhar também isso.

Conhecemos a sua história, Fernando, estamos querendo proteger a figura dos funcionários públicos. Você tem uma história que não vamos questionar nunca, uma história de trabalho conhecida. Nossa preocupação é como você fica protegido numa situação dessas.

Então pedimos nas maiores, Subprefeitura de Itaquera, Pirituba, Lapa, Butantã e Ipiranga, para que possamos começar a reencaminhar isso pedindo celeridade nesses processos.

Última pergunta: o quadro de áreas apresentado no sistema de licenciamento eletrônico em seu resumo, que foi feito dia 27 de agosto, uma área construída computável de 400 metros quadrados ia demolir de 586 metros quadrados, com seis metros de altura. Na planta apresentada o projeto da arquiteta mostra – está na folha 11 – que eram 568 metros, uma área a construir de 171, totalizando uma área computável de 739. É totalmente discrepante uma coisa da outra. O senhor observou essas discrepâncias nos dois processos?

R – É como disse anteriormente, essas informações foram apresentadas pelo profissional. Então a partir do momento em que o técnico analisou e viu essa irregularidade, ele já observou que estavam em discrepância as informações de uma planta na outra e tomou as providências em relação a comunicar o interessado para corrigir, ou às vezes já indefere direto. É assim que ele analisa o processo e vê essas discrepâncias.

P – Ok, Fernando. Acabamos tendo mais informações desse assunto depois do acidente, infelizmente. Nossa preocupação é que uma notícia de 12 mortos, anteontem, nos Estados Unidos acaba sendo matéria do mundo todo. Algumas explosões que estão acontecendo no Oriente Médio, poucas matam mais de dez pessoas. Aqui um prédio mata dez

trabalhadores e o meu medo é que caia no esquecimento. São Mateus está muito longe da cidade de São Paulo, essa é a verdade. Não tem nenhuma atriz, nenhum ator que more perto, então desconhecido da população de São Paulo aqui do Centro. Quando as coisas acontecem para o lado de Tiradentes, São Mateus, Iguatemi, parece que tudo é muito longe, cai no esquecimento. O que não podemos deixar no esquecimento é a justiça que tem de ser feita realmente.

Vou passar a palavra ao Vereador Toninho Paiva, que é um dos Parlamentares que mais mandatos tem nessa Casa, conhece muito bem a região e, assim, ele pode fazer perguntas ao Sr. Prefeito de São Mateus.

O SR. TONINHO PAIVA (PR) – Bom dia a todos, ao nosso querido Paulo Frange que está presidindo essa audiência pública, ao Prefeito Fernando Elias, ao Delegado Dr. Carlos e ao nosso Promotor de Justiça Dr. Freitas.

Em primeiro lugar, quero pedir desculpas pelo atraso, pois estava numa consulta médica. Sou da zona Leste, nascido no bairro do Tatuapé, já com seis mandatos na Casa. Lógico que conheço bem minha região, por ter considerável quantidade de votos em São Mateus.

Assim que cheguei notei o Vereador Paulo Frange preocupado com o que aconteceu, como foi e quais as atitudes tomadas pela Subprefeitura. Isso é fundamental e importante.

Mas quero esclarecer anda o seguinte: foram 10 pessoas que faleceram no desabamento, mas quantas pessoas sofreram ferimentos e foram hospitalizadas? E essa minha questão é para o Dr. Carlos.

Também gostaria de saber: quantas pessoas já tiveram alta? Houve sequelas? Qual o caminho que está sendo seguido para o inquérito? O inquérito já foi concluído ou, se não, para onde está caminhando? Há pessoas para as quais a Construtora Salvatta está tomando providências no sentido de ajudá-las por conta dos falecimentos?

Enfim, quais atitudes estão sendo tomadas? Infelizmente, muitos vieram a óbito, mas e para os que não vieram a óbito e tiveram sequelas e até problemas graves. Não sei se o senhor tem condições de nos responder.

O SR. CARLOS – Sr. Vereador, com relação às pessoas acidentadas, num primeiro momento, a notícia era de 22, salvo engano.

Já conseguimos ouvir 14 delas que estavam na obra. Ao que parece, há ainda três ou quatro hospitalizadas, sobre as quais não saberia informar se houve sequelas consequentes ao acidente. Os mortos, evidentemente, já foram necropsiados.

O inquérito está andando, já ouvimos 16 pessoas e é claro que essa investigação não acaba de um dia para o outro. Está aí o Promotor que pode confirmar.

Precisamos ainda de muitas informações. Veja: uma peça fundamental para que possamos tomar qualquer decisão é o laudo do perito, do engenheiro, que vai indicar qual foi a causa que fez essa obra ruir.

Estamos só aguardando a documentação. A Prefeitura já nos forneceu documentos. O Dr. Fernando já nos encaminhou a documentação solicitada. Esperamos que o Sr. Mustafá, o advogado, nos encaminhe os documentos que ele tem com a empresa responsável pela construção e, assim, poderemos ouvir também as pessoas que participaram da edificação dessa obra.

Com relação aos funcionários da Salvatta, o que sei dizer é que o Ministério Público do Trabalho, e me corrija o nobre defensor, teria tomado uma providência que, inclusive, ao que parece, teria ajuizado já uma ação coletiva em cima de todas as pessoas. Aliás, essas pessoas estariam em um hotel na Cidade – não no alojamento mais – e, ao que parece, custeado pela Salvatta.

O SR. TONINHO PAIVA (PR) – O Dr. Mustafá é advogado da Salvatta?

O SR. CARLOS – Desculpe, o Mustafá? Ele é um dos proprietários do imóvel. É uma empresa jurídica.

O SR. TONINHO PAIVA (PR) – É o proprietário da área?

O SR. CARLOS – É um dos proprietários da área.

O SR. TONINHO PAIVA (PR) – Tem mais proprietários?

O SR. CARLOS - É. Ao que parece está em nome de uma empresa jurídica.

O SR. TONINHO PAIVA (PR) – O senhor sabe quem custeou o sepultamento e, inclusive, como foram para o Maranhão?

O SR. CARLOS – Com relação a traslados e custeio de despesas de funeral, não saberia informar para o senhor, pois nem tive condições de me ater a isso. Cuidei da parte de ouvir as pessoas que aqui estavam antes que retornassem a seu estado de origem, se não, seria impossível ouvi-las no primeiro momento.

O SR. TONINHO PAIVA (PR) – O senhor mencionou que ainda há pessoas alojadas em hotel na Cidade de São Paulo.

O SR. CARLOS – Eu estive no Ministério Público do Trabalho para ouvir um dos funcionários e lá eu tive essa informação, ou seja, de que eles estariam num hotel no Centro, custeado pela construtora Salvatta. Essa informação que recebi foi verbal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB) – Vou pedir ao Dr. José Carlos que faça um relato das informações que já levantou, pois é extremamente importante. Em seguida, gostaria de fazer perguntar tanto ao Sr. José Carlos quanto ao Sr. Luis Carlos, que têm, com certeza, algum ponto comum.

Obrigado pela presença Dr. José Carlos. Suas informações colaboram muito com a Delegacia de Polícia também.

O SR. JOSÉ CARLOS - Vereador Paulo Frange, sou eu quem agradeço a oportunidade e o convite que V.Exa. formulou. Me perdoem, estou um pouco rouco, mas acho que dá para me entender.

A partir desse fato, gerou-se várias linhas de investigação por parte do Ministério Público. Foi dito pelo nobre Delegado que o Ministério Público do Trabalho instaurou lá um

inquérito civil para apurar as condições de segurança e mesmo de trabalho daquelas pessoas.

Até onde eu soube – isso pela Imprensa – o Ministério Público do Trabalho iria ingressar com uma ação, não sei se já ingressou, pedindo indenização aos familiares daqueles falecidos e também dos sobreviventes. Portanto, em termos de indenização pontual, a cada uma dessas pessoas, o Ministério Público está adotando suas medidas.

O mesmo fato, Vereador, gerou a instauração de inquérito policial e, futuramente, depois de relatado, esse inquérito será encaminhado a um membro do Ministério Público de São Paulo para oferecimento da denúncia.

Também dentro da Cidade de São Paulo temos o inquérito civil instaurado pela Promotoria de Patrimônio Público e Social que vai apurar as falhas da fiscalização e, daí por diante, assumindo toda uma responsabilidade que resvala na Lei de Improbidade Administrativa.

Ressalto que nessa Lei de Improbidade Administrativa está prevista também, se for o caso, a punição, é uma ação contra o beneficiário do ato ou da omissão. E, nesse caso, os beneficiários seriam: ou os proprietários, ou a construtora, ou o engenheiro arquiteto, ou todos eles. Tudo isso dependerá da apuração da área criminal e também da área civil daquela Promotoria.

Na Promotoria de Habitação e Urbanismo, onde trabalho, instauramos, no dia do acidente, um inquérito civil para apurarmos os fatos. Mas, a partir dessas informações, ou seja, de que já existem investigações para a questão que são do passado – para aquilo que já aconteceu – e alguma consequência pontual sobre o fato concreto, a nossa Secretaria decidiu que o objetivo desse nosso inquérito é, a partir desse fato concreto, apurar as falhas da fiscalização para que haja uma atuação preventiva da Promotoria. A ideia é que esses fatos não aconteçam mais.

Veza por outra, recebemos, na Secretaria Habitação, reclamação e denúncias de toda sorte. Vêm das pessoas que residem ao lado de obras irregulares, ou de obras com

funcionamento inadequado, ou ainda de obras sem alvará, enfim, de toda linha de irregularidades existente na Cidade de São Paulo. A Promotoria tem atuado nesses casos pontuais.

Temos sugerido sempre que a Administração aprimore seu trabalho nesse campo da fiscalização. É um trabalho diário nosso. Infelizmente, no Brasil, os acontecimentos precisam ser catastróficos para que todo mundo se atente no sentido de evitar que aconteçam novamente.

A partir desse fato – e já concentrado nesse único inquérito civil – estamos mantendo conversas e trabalhos junto à Administração. Já falamos com o Secretário Chico Macena e, ontem, falamos com o Secretário de Negócios Jurídicos, Dr. Massonetto.

Como primeira informação, mas antes disso tivemos um debate público na mídia, foi inquirido se a Prefeitura deveria ter adotado medidas mais eficientes de fiscalização ou não. De um lado, e aí sustenta a Promotoria – não só eu, mas todos os seis promotores na Capital, de Habitação e Urbanismo – que os atos de fiscalização não podem se bastar no que chamamos de providências cosméticas. Para nós, o embargo tem de ser efetivo, não pode só permanecer no papel e nem ser um embargo formal.

Há pouco tempo, a Prefeitura vinha fazendo – e tive informações de que continua fazendo – o emparelamento de imóveis em situação de uso irregular, e também a colocação de malotões de concreto. Nós insistimos que esse tipo de providência não deve ser bastar só para usos irregulares, mas também para obras irregulares.

Qual não foi nossa surpresa quando no pronunciamento do Sr. Prefeito e do Sr. Secretário soubemos que a Prefeitura não teria esses instrumentos e de que não estaria nem previsto na legislação essa questão do emparelamento, ou seja, fazer o bloqueio físico dessas obras.

Na reunião mantida ontem com o Secretário de Negócios Jurídicos, o discurso jurídico afinou-se com o da Promotoria, ou seja, é possível, sim, a Prefeitura se valer de outros

mecanismos mais efetivos para que os embargos ocorram fora do papel, fora do âmbito da formalidade.

Então o Secretário comprometeu-se a estudar a situação. Já existe um protocolo aberto, na Secretaria, no sentido de formatar o entendimento jurídico para orientar e padronizar a atuação das Subprefeituras, inclusive, nesse aspecto do embargo efetivo.

Portanto, Sr. Vereador, o inquérito tem esse propósito de não só ficar atirando pedras. Temos um trabalho efetivo de prevenção. Por isso, estamos aqui, hoje, nesta Casa de Leis, a convite de V.Exa. para que, a partir dos elementos que estamos colhendo nesse momento, possamos conseguir, efetivamente, um trabalho mais conjugado com o Executivo e também com o Legislativo. E isso para até, se for o caso, termos uma norma, uma lei mais específica, mais rigorosa, seja lá o que for. É exatamente para não se abrandar mais esse tipo de situação que temos de trabalhar juntos.

Entendemos que os instrumentos já existem e que há uma necessidade de padronização e isso no entendimento da própria Administração Pública.

Temos notado, Sr. Vereador – e lhe peço para avançar alguns minutos em meu pronunciamento –, uma deficiência enorme no sistema da máquina da Administração Pública como um todo a começar pelas Subprefeituras.

Temos assistindo a um sucateamento dessas Subprefeituras no que diz respeito à quantidade e qualidade dos profissionais que prestam serviço de fiscalização. Não sei, mas acredito que a Câmara tenha condição de fazer esse levantamento. É sobre o quadro de profissionais dessa área no sentido de como se comportou e como vem se comportando em termos de quantidade nos últimos dez anos.

Temos visto que está acontecendo esse sucateamento, pelo menos no que nos chega pontualmente à nossa Promotoria. Os profissionais se aposentam, se afastam por qualquer motivo e não há uma reposição.

Por outro lado, até a qualidade do serviço prestado por alguns desses funcionários

tem sido questionada. Cito, por exemplo, o preenchimento equivocado – e, algumas vezes, coloco até equivocado entre parêntesis – de autos de intimação, notificações de multas, com o objetivo de que haja uma nulidade lá na frente.

Temos notado a deficiência de outros profissionais das Subprefeituras. Faltam engenheiros e até procurador do Município, como o senhor falou.

O recurso alternativo, o plano B da Administração, tem sido a contratação de profissionais da área do direito – assessores jurídicos – que não têm compromisso algum com a Administração, a não ser naquele período de quatro anos.

Os profissionais concursados – que são os procuradores do Município – esses, sim, têm o compromisso, ou seja, o sentido de permanência no seu cargo.

Temos assistido uma complexa máquina – como o senhor mesmo acabou de ouvir do nosso Prefeito – que trabalh em cima de papéis. Mas o sistema informatizado não funciona a contento.

Partindo desse primeiro relato que faço aos senhores da Câmara, gostaria de dizer que estamos trabalhando firmemente também na questão da prevenção. Além dos casos pontuais, concentraremos esforços para que isso não aconteça mais na Cidade.

É lógico que a Cidade e os paulistanos que pagam nossos salários não podem viver em cima só de promessas. Temos um trabalho punitivo e ele está sendo feito nas áreas criminal e de improbidade administrativa, mas, sobretudo, estamos atuando no sentido preventivo para dar uma resposta à população.

O que estamos observando, senhores, não são fatos isolados. Aproveito para sugerir que coloquem numa próxima audiência pública outro fato gravíssimo que tem acontecido na Cidade e que diz respeito às ocupações dos prédios abandonados no Centro da Cidade. São famílias que passam pelo problema da falta de segurança.

Muitos desses prédios são ocupados sem condição alguma de segurança. Há pessoas que levam, para esses prédios, material inflamável. Se acontecer um incêndio nesses

prédios teremos a repetição do Joelma e do Andraus na Cidade de São Paulo. E isso acontece em várias situações. E, nesse aspecto, a fiscalização tem sido falha também.

Os fiscais até vão a esses lugares, mas, às vezes, são proibidos de entrar pelos invasores. Por conta disso, não se faz uma análise mais adequada.

Esse fato tem chegado ao nosso conhecimento pelo Corpo de Bombeiros, que também comunica às Subprefeituras. Esse é um fato gravíssimo que também quero trazer a V.Exa. para futura ponderação, mas que está dentro de um contexto maior de fiscalização na Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange – PTB) – Obrigado Dr. José Carlos. Ainda bem que está taquigrafado. É exatamente essa linha de pensamento da Comissão de Política Urbana.

Ressalto que nós não temos sido omissos nesse assunto. Fazemos requerimento, pedindo e informando.

A situação do emparedamento, para nós, é muito clara e não há dificuldade. Hoje é um guincho ou uma argola que se coloca na porta. Além de tudo, há o constrangimento de quem está irregular e insiste em descumprir regras. A população é quem passa a fiscalizar com mais atenção a própria fiscalização da Subprefeitura.

O que desejamos, na época – há alguns atrás já propus isso – é de que o ato do emparedamento, por se tratar de um caminhão guincho – que é terceirizado – e uma peça de concreto, tanto para colocar quanto para retirar, devem ter seus custos repassados para o infrator.

Não podemos manter uma enorme situação de estrutura, pois temos dificuldade até de guinchar veículos quebrados nas nossas avenidas. Já é caro e difícil demais. Mas quando o guincho atua, a conta é enviada para o proprietário do carro.

Esse assunto é igual. Temos de tratar, talvez, esse assunto, exatamente o senhor encontrou eco. O Sr. Secretário Fernando Massonetto é um homem de carreira e foi aqui

assessor de ex-vereador. É absolutamente lúcido para esse tipo de tratamento. Temos a maior fé de que isso deve acontecer.

Quanto à situação da fiscalização, assistimos a isso, inclusive no nosso quadro, quando aprovamos a lei aqui, por uma pressão. O agente vistor responsável por essa fiscalização ficou na lei como forma de provimento, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-lhe o diploma de curso superior devidamente registrado no órgão competente.

Em algumas subprefeituras hoje, há esse cargo dessa importância. Os funcionários não são engenheiros, são advogados e economistas. Eles só têm experiência. No caso aqui, era um engenheiro. Não podemos também dizer que o engenheiro não erra, mas é uma pena que esse cargo não seja de atribuição exclusiva de engenheiro ou arquiteto, porque para se fiscalizar uma situação e comandar uma equipe como essa, temos segurança em afirmar que é necessário haver uma formação técnica específica na área.

Assim como nós, do Conselho Regional de Medicina, quem fiscaliza uma clínica ou um hospital, quando esse conselho vai fiscalizar, é um médico. Não podemos encaminhar outro profissional que não tenha formação suficiente, até para discutir questionamentos locais. Essa linha que o senhor coloca traz-nos muita alegria, porque é exatamente isso que gostaríamos de ver.

Acredito que isso passa naturalmente por alguma mudança na legislação, que vai passar nesta Casa, além de ações que podem partir de decretos, pelo menos, temporariamente. Temos de transformar isso em lei, porque depois os decretos são revogados naturalmente. Depende de gestões que virão.

Vou fazer algumas perguntas ao Sr. Luís(?) Carlos Osalin(?), com relação à empresa James Empreendimento Agrícola. O senhor chegou a ouvir a empresa ou ainda não?

O SR. LUÍS CARLOS OSALIN(?) – Ainda não ouvi.

P – O senhor não ouviu o Sr. Mustafá nem os membros da empresa?

R – A princípio, ainda não há uma causa definida. Estou aguardando primeiro ouvir as pessoas que foram contratadas para edificar a obra, para que possam dar maior subsídio para depois ouvir o responsável pela empresa. Pelo que parece, eles poderão ter responsabilidade nesse caso.

P – Pelo processo, é visível que houve uma provocação da Prefeitura, no sentido de modificar uma obra que já estava em andamento. O documento do cartório da compra é do dia 4 de março de 2013. Consta, no processo da subprefeitura, um auto de intimação do dia 13 de março a respeito da obra sem documentação e, em 25 de março, houve o embargo da obra. Portanto, é comprada uma obra em construção. Isso deve levar uma confusão enorme de desdobro(?) da responsabilidade dos proprietário anteriores. O embargo da obra é do dia 27 de março. Isso nos faz acreditar que a obra já existia antes do dia 4 de março.

É claro para que o senhor de que essa obra vinha em andamento, quando o proprietário muda? Isso é um fato? Já era uma obra em andamento? Ele comprou alguma coisa em andamento, ou ele era um proprietário possuidor de algum documento de gaveta e só o cartório registrou, nessa época, a negociação?

R – Quanto a essa questão da titularidade do imóvel, referente ao processo de ação fiscalizatória, foi feita a primeira notificação em março, e já havia o início de alguns muros que já estavam sendo feitos. Então, essa questão de documentação, passando de um proprietário para outro, deve ter ocorrido no andamento da execução dos serviços lá.

P – A minha pergunta mais importante é: “O senhor chegou a ouvir a arquiteta Rosana Januário Inácio?”

R – Não, eu não ouvi. Ela esteve lá com a documentação, mas pedi que ela voltasse outro dia, porque precisava analisar melhor uma informação, devido ter havido um novo pedido de análise na planta, que foi entregue na primeira vez. Observei que o documento não era do mesmo imóvel. Então, queria analisar melhor, a exemplo do que V.Exa. colocou anteriormente, que poderia mudar um contribuinte ou mudar um número, para que a obra

pudesse seguir, mas eu devo ouvi-la amanhã ou depois.

P – Outro assunto muito importante para nós é exatamente essa rasura nas datas. Ou seja, alguém teve má-fé de mudar essas datas do dia 27 para o dia 25. Com certeza, isso aqui é um ato, no mínimo, criminoso, o que aconteceu nesse processo. Há alguma outra informação que o senhor poderia nos ajudar?

R – Com referência à mudança de datas?

P – Não, com referência a esse processo da investigação da Polícia Civil. O senhor não está analisando o processo; o senhor está ouvindo as testemunhas, em função das vítimas. O foco da investigação é outro?

R – Veja, nós estamos colhendo todas as provas possíveis, que serão carreadas, e o inquérito vai ser encaminhado ao Ministério Público, para que analise a conduta de cada pessoa. Evidentemente, se surgir, no bojo dos autos, informações de que houve alguma adulteração de datas ou qualquer coisa, iremos apurar outro fato.

P – O Presidente do Cal(?) não está aqui? (Pausa) Temos insistido muito na importância do Conselho Regional de Engenharia e do Conselho de Arquitetura. Há uma necessidade muito grande da presença efetiva desses dois órgãos nesse processo que envolve a atividade desses profissionais. Eu não me recordo de nenhum engenheiro ou arquiteto que tenho sido tratado, com rigor, por esses conselhos depois de desabamentos. Desde Paulo de Frontin para cá, no Rio, não temos visto isso. Parece-nos que há um silêncio muito grande dos conselhos, quando acontece essas obras. Fazemos denúncias por aqui, quando vemos situações de embargos descumpridos, mas nunca tivemos respostas sobre esse assunto.

Agradeço a sua presença.

Faço uma pergunta para todos que são da fiscalização. Alguém tem alguma informação que possa nos ajudar? (Pausa) Há duas pessoas do sindicato que gostariam de falar.

Tem a palavra a Sra. Clara Fortunato, do Sindicato dos Agentes Vistores.

A SRA. CLARA FORTUNATO – Bom dia a todos. Sou Presidente do Sindicato dos Agentes Vistores do município de São Paulo. Gostaria de fazer aqui algumas observações de suma importância. Primeiro, o que faz o agente vistor? Ele é responsável por fiscalizar todas as atividades econômicas do município de São Paulo e todas as posturas do município de São Paulo. Em todas as leis aprovadas, nessa Casa, a responsabilidade da fiscalização é dos agentes vistores. Essa função está descrita, na Constituição, como poder de Polícia Administrativa. É esse o poder que tem o agente vistor, o poder de Polícia Administrativa. Concordo com o promotor. Não sei se podemos chamar de maquiagem, mas é um serviço muito burocrático, de transferência de papéis de mesa em mesa. Nesse caso específico e em todos os embargos, nós nos limitamos a transferir informações de um para outro. O agente vistor transfere informação para o seu chefe, para o seu supervisor, para o assessor jurídico e, no máximo, para o coordenador de planejamento.

Concordo também que não há necessidade de mais legislação. Se qualquer pessoa procurar o que significa embargo no dicionário, vamos ver que temos obrigação de fazer uma interrupção naquilo que está feito. Então, quando o Sr. Prefeito diz: “Nós não temos condições ou não está lei”, e diz para fazermos emparedamento, não precisamos fazer. Muitas vezes, basta mandarmos. Temos - os agentes vistores - autoridade para isso. Saiam todos os funcionários, coloquem um cadeado no portão de entrada, e está feito o embargo físico. No máximo, coloquem o malotão. Isso não é feito. Para que seja reconhecido esse poder de Polícia do agente vistor, isso está nas mãos da Secretaria de Gestão desde março desse ano. Fizemos exatamente esse pedido, para que a Administração reconheça o poder de autoexecutoriedade da figura pública que está ali, o agente vistor.

Houve interrupção nesse caso, segundo informação da subprefeitura, de que não há pessoas suficientes para isso. Não havia mesmo. O agente vistor aposentou-se, foi embora e não colocaram ninguém em seu lugar. Ainda que houvesse andamento, que diz que a

legislação determina, não teríamos evitado o acidente. Por quê? Porque não foi feito o embargo físico da obra. Isso está acontecendo agora em todos os lugares. Basta vermos a lista que o Sr. Prefeito. A mídia foi verificar e várias obras embargadas estão em andamento.

A necessidade de técnicos na fiscalização também está nesse mesmo pedido que fizemos à Secretaria de Gestão. Não concordo que todo quadro de fiscalização tenha de ser ocupado por engenheiros. Não há necessidade, porque são mais de 700 leis que precisamos vistoriar. Em algumas, precisamos de uma experiência técnica. Então, o que propusemos, nesse documento, para a Administração, é que, para um próximo concurso, e tem de haver urgentemente um próximo concurso, um determinado número de vagas seja reservado para esses técnicos, não só técnicos engenheiros e arquitetos, como técnicos de informática. Foi citada aqui a Prodam, mas, no nosso caso, a Prodam deixa muito a desejar, para suprir as nossas necessidades de informática.

Outra grande falha da Prefeitura foi citada aqui. Nós não temos procuradores, temos assessores jurídicos. Mesmo eles, na legislação, pasmem, não precisam ser advogados, não precisam ter o título de advogado. Então, como pode um assessor jurídico sem conhecimento assessorar os agentes vistorios? Outra falha na lei é que, apesar dos agentes vistorios serem obrigados a apresentar título de nível superior para poder assumir a sua função, a sua chefia não precisa.

Então, em várias subprefeituras, o chefe do agente vistor é um concursado de nível médio, sem experiência técnica nenhuma, mas assume o controle da fiscalização. Então, são muitas coisas que temos de nos ater. Aconteceu um fato em São Mateus, e depois isso cai no esquecimento. Basta voltarmos um pouquinho e verificamos outras situações graves tanto quanto essa. Houve um episódio no *Shopping Fiesta* em 2005, quando, por falhas de fiscalização e por falta de amparo legal, houve mortes. Esta Casa realizou uma CPI e o resultado dela foi muito importante. Na conclusão da CPI, foi estabelecido pelo relator que havia, em 2005, a necessidade de contratação de 300 engenheiros para as subprefeituras e

500 agentes vistores. De lá para cá, o quadro só diminuiu e a Cidade aumentou. Houve o episódio de Santa Maria. Não foi em São Paulo, mas vários estabelecimentos estão sujeitos à mesma tragédia. Houve uma movimentação toda para fazermos vistorias em casas noturnas. Isso durou uns dois ou três meses, e também já caiu no esquecimento.

Também houve morte por embargo não cumprido na Liberdade não pouco tempo, e agora houve um acidente em São Mateus. Então, é urgente que a nossa Administração, a nossa gestão olhe com mais cuidado para a fiscalização, porque senão acidentes como esses vai continuar acontecendo. O embargo físico das obras é uma coisa muito importante e eminente e não precisa de mais legislação para isso. Basta reconhecermos o poder de Polícia Administrativo dos agentes vistores.

P – Agradeço muito a presença dos senhores.

Clara, gostaria que a senhora encaminhasse para a comissão depois uma cópia desse documento que entregou, em março, para o Governo, para que possamos ajudar a construir. Aqui fica o nosso carinho, pelo cuidado com que os senhores estarem aqui conosco. Contribuíram em muito, com certeza.

Estão encerrados os nossos trabalhos.